



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte seis, de um lado o Município de Jari/RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.609.402/0001-50, com sede na Rua Barão do Triunfo, nº 193, bairro centro, cidade de Jari, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, **Sr. Jesus Augusto dos Santos Oliveira, brasileiro**, maior, residente e domiciliado na localidade de Rincão de Santo Antônio, Zona Rural, Município de Jari, Estado do Rio Grande do Sul, portador do CPF nº 777.652.570-72 e Carteira de Identidade nº 1049026501, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa CATIUZA TOMÉ DE LIMA – POSTO TARUMÃ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.409.233/0001-08, com sede na Avenida Hipólito Cardoso da Silveira, s/nº, bairro centro, cidade de Jari, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo sua proprietária, **Sra. Catiuza Tomé de Lima**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Fidencio Mello, nº 282, bairro centro, Município de Jari, Estado do Rio Grande do Sul, portadora do CPF nº 005.632.020-50 e Carteira de Identidade nº 5076974004, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 02/2026** e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de 09/01/2026, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.



CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o **fornecimento de combustível (gasolina comum, óleo diesel S10 e óleo diesel comum)**, pela **CONTRATADA**, conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para o fornecimento dos objetos é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente contrato.

3.2. Os objetos deverão ser entregues de acordo com previsto no Termo de Referência e na proposta vencedora da licitação, no seguinte local: Avenida Hipólito Cardoso da Silveira, s/º, centro, sede da empresa **CONTRATADA**.

3.3. Os fornecimentos dos combustíveis deverão ser autorizados através de ordens de abastecimentos emitidas pelas Secretarias

3.4. A **CONTRATADA** deverá fará entregas sucessivas, podendo ser diárias conforme ordem de entrega, em horários de funcionamento do Posto de Combustível, exceto para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde os quais poderão em caso de emergência, abastecer fora do horário de funcionamento, inclusive domingos e feriados.

3.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como prazo inicial dia **15 de janeiro de 2026 e prazo final dia 15 de janeiro de 2027**.

3.6. Este contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O preço a ser pago pelo fornecimento dos objetos do presente contrato é de **R\$ 1.861.413,00 (um milhão e oitocentos e sessenta e um mil e quatrocentos e treze reais)**, conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da licitação.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Jari
Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
CNPJ: 01.609.402/0001-50 E-mail: pmjarirs@gmail.com ou licitacoesjarirs@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	R\$/L	R\$/TOTAL
1	GASOLINA COMUM	56.700	LITRO	6,49	367.983,00
2	ÓLEO DIESEL S10	215.000	LITRO	6,45	1.386.750,00
3	ÓLEO DIESEL COMUM	16.800	LITRO	6,35	106.680,00
TOTAL					1.861.413,00

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados após a entrega, em parcelas semanais de acordo com as ordens de abastecimentos, planilha somatório e apresentação da nota fiscal do contratado, com visto do gestor do contrato e lançamento em sistema de estoque, em até 5 (cinco) dias após a conferência pelo secretário da pasta.

5.2. O pagamento correrá em até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Proj. Ativ. 04.122.0002.2.002 – Manutenção das atividades do Gabinete

(07) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Proj. Ativ. 04.122.0002.2.003 – Manutenção das atividades da Administração

(32) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Proj. Ativ. 10.301.0007.2.007 – Atendimento da UBS

(56) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo



(56) 3.3.90.30.00.00.00.0600 Material de Consumo

(56) 3.3.90.30.00.00.00.0621 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras, Viação, Serviços Públicos e Trânsito

Proj. Ativ. 04.122.0002.2.016 – Manutenção das atividades de obras

(99) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

(99) 3.3.90.30.00.00.00.0704 Material de Consumo

(99) 3.3.90.30.00.00.00.0501 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

Proj. Ativ. 20.606.0002.2.0022 – Manutenção das Atividades da Agricultura

(128) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Proj. Ativ. 20.606.0002.2.0022 – Apoio a produção primária e suporte aos produtores

(141) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Proj. Ativ. 12.122.0002.2.029 – Manutenção das atividades da educação

(158) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Proj. Ativ. 12.361.001.2.031 – Transporte escolar – ensino fundamental

(184) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Proj. Ativ. 12.365.0010.2.058 – Transporte escolar – pré-escola

(209) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Proj. Ativ. 08.122.0002.2.013 – Manutenção das atividades desenvolvimento social

(284) 3.3.90.30.00.00.00.0500 Material de Consumo



CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados **pro rata die**, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

8.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

8.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

8.4. Dentro do prazo previsto no item **8.3.**, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA NONA – MATRIZ DE RISCO

9.1. Os ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação serão alocados conforme previsão no mapa de riscos do presente processo.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10. São obrigações do **CONTRATANTE**:

10.1. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.

10.2. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

10.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.



10.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato, por meio de portaria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. São obrigações da **CONTRATADA**:

11.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

11.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

11.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

11.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

11.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

11.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

11.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

11.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal nº 5.026, de 03/01/2024, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Jari, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

12.2. A gestão do contrato ficará a cargo do Sra. Louize Silveira de Avila, Secretária de Administração e Planejamento.

12.3. A execução do contrato deverá ser acompanhado e fiscalizado pela Sr. Cristian André Wagner.

12.4. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O objeto do presente contrato será recebido:

13.1.1. Os combustíveis serão abastecidos diretamente nos veículos, caminhões, máquinas pesadas e demais equipamentos, devendo ser mantida a qualidade dos produtos.

13.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DO OBJETO

14.1. A **CONTRATADA** se responsabilizará pelo prazo de 90 dias, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pelo **CONTRATANTE** em relação a vícios, inclusive ocultos, no qual o prazo correrá a partir da ciência, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES



15.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

15.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

15.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

15.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

15.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

15.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

15.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

15.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

15.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

15.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.2.2. As peculiaridades do caso concreto.

15.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

15.2.4. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

15.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

15.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO

16. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

16.1. A extinção do contrato poderá ser:

16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Tupanciretã/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Jari
Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
CNPJ: 01.609.402/0001-50 E-mail: pmjarirs@gmail.com ou licitacoesjarirs@gmail.com

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Jari, 09 de janeiro de 2026.

JESUS AUGUSTO DOS SANTOS OLIVEIRA

CONTRATANTE

Prefeito do Município de Jari/RS

CATIUZA TOME DE LIMA - ME

CONTRATADA

Representante legal